

Opinião Liberdade é conhecer os cordéis que nos manipulam Benjamin M'Bakassy **P40**
2019, um ano de grandes desafios
Vuvu de Carvalho **P41**

**Brunch with...
Lisa Videira**

A fundadora da Academia Nzoji, uma plataforma digital de ensino online (e-Learning), que quer inspirar a sociedade. **P28**



**Chico Buarque
vence Prémio
Camões 2019**

O cantor e escritor brasileiro receberá 100 mil euros ao vencer um dos prémios mais importantes da literatura de Língua Portuguesa. **P19**



Mercado

WWW.MERCADO.CO.AO

FINANCE AND ECONOMY

24.05

Director: **Aylton Melo**
Sexta-feira 24 de Maio de 2019

Ano **4** Número **207**
Periodicidade: **Semanal**
Preço: **500 Kz**

FÓRUM MUNDIAL DE TURISMO REÚNE INVESTIDORES NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM LUANDA

Palmeira Real no final do ano

Um mega-projecto de imobiliário turístico vai começar a ser construído no último trimestre deste ano na barra do Kwanza, a 60 quilómetros de Luanda. Na capital do País estão reunidos empresários e investidores do sector, a par de responsáveis políticos nacionais e internacionais, num fórum que tem como convidado especial o Presidente João Lourenço. **P.12 e 48**



ENTREVISTA FERNANDO FERREIRA

**“São as empresas que
criam emprego”** **P.16**

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

**China passa
Portugal** **P.32 e 33**

PRIVATIZAÇÕES

**Dívida paga
participações** **P.08**

**NO ATLANTICO
QUEM POUPA
GANHA!**

DEPÓSITO POUPA E GANHA



Habilite-se a ganhar uma das
5 motorizadas, TVs led, tablets e telemóveis

- SUPER TAXA EM AOA
ATÉ 17% TANB* A 270 DIAS
- MONTANTE MÍNIMO
DE SUBSCRIÇÃO: 10.000 AOA

Visite-nos no Facebook www.atlantico.ao

**SUPER TAXA
ATÉ 17%***

*TANB (TAXA ANUAL NOMINAL BRUTA)
ATÉ 17% A 270 DIAS EM AOA.

PUB

O Negócio

Títulos de dívida pública podem servir as privatizações

Uma boa nova para os negócios tem que ver com o facto de o Governo poder vir aceitar títulos de dívida pública, como forma de pagamento de parte do capital das empresas públicas a privatizar, indica a Lei de Bases das Privatizações, já publicada em Diário da República. Segundo o diploma, o limite e as condições de pagamento por esta via “são estabelecidos no caderno de encargos do procedimento de privatização”.

O documento indica ainda que as restantes formas de pagamento são depósito ou transferência bancária ou cheque bancário a favor do Tesouro Nacional, e prevê que as privatizações possam ser feitas por concurso público, concurso público limitado por prévia qualificação, ou dispersão do capital em bolsa.

“A escolha do procedimento é feita no Programa de Privatizações, tendo em conta as características da entidade do Sector Empresarial Público ou dos activos públicos a privatizar, podendo a privatização de uma mesma entidade ser realizada através da combinação de dois ou mais procedimentos” indicados nesta Lei. Em termos de modalidade, as privatizações – cujo processo é conduzido por uma comissão de negociação – podem ser feitas por alienação de acções, aumento de capital aberto à subscrição de entidades privadas, alienação de activos e/ou cessão do direito de exploração e gestão.

A Lei avança que até 20% do capital das empresas pode ser reservado para “aquisição ou subscrição, em condições especiais, pelos trabalhadores da empresa e outros pequenos subscritores”.

Ouvido pelo Mercado, o jurista Paulo Trindade Costa, da Vieira de Almeida (VdA), defende que a possibilidade de pagamento em dívida pública não é comum noutros países, mas admite que, dado o elevado stock de títulos do Tesouro angolanos em mãos de não residentes, esta possa ser uma forma de captar investimento do exterior.

A Empresa



CITIC exporta alumínio dentro de dois anos

No sector da indústria dominou a semana a inauguração da CITIC Alumínio, uma fábrica de produção de perfis de alumínio, que prevê exportar dentro de dois anos produtos para a República Democrática do Congo (RDC) e para a Namíbia. A unidade ora inaugurada na Zona Económica Especial (ZEE), tem capacidade para produção anual de 10.000 toneladas de vários tipos de perfis de alumínio para o sector da construção. Vai também produzir materiais de revestimento em pó e produtos de processamento para produção de portas e janelas, com a expectativa de exportação de mais de 50% da produção.

Licínio Contreiras, Chairman da AIPLEX - Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola destaca que nesta altura o mercado nacional não observa uma procura tão elevada que possa absorver toda a produção interna. Assim sendo, avança, quando a fábrica atingir o pico da produção na data prevista (2021) parte da produção deverá servir o mercado externo. Com um investimento de mais de 40 milhões USD, a CITIC Alumínio prospecta a criação de cerca de 300 postos de trabalho nos próximos dois anos, sendo que, actualmente emprega apenas 30 funcionários, sendo a maioria nacional.

A sua entrada em funcionamento torna a unidade no maior produtor de perfis de alumínio em Angola e visa ainda contribuir para a promoção do progresso e desenvolvimento industrial do País.

O Número

810

mil milhões Kz

É a arrecadação avaliada do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado - em 2022, cujo peso no PIB não petrolífero foi estimado em 5%. Prevê-se, contudo, que em 2020 as receitas atinjam os 422 mil milhões Kz. Assim sendo, as empresas sujeitas ao IVA, no País, a partir do próximo dia 1 de Julho, vão contribuir para o financiamento do Estado até ao final do presente exercício económico com cerca de 249,2 mil milhões Kz, aponta o relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 Revisto.

Golden share



RICARDO DAVID LOPES

Turismo: um desígnio que é de todos

A nata do turismo mundial está desde ontem em Luanda, na reunião anual do Fórum Mundial do sector, colocando Angola na rota desta actividade a nível global, mas trazendo, igualmente, uma elevada responsabilidade ao País.

A responsabilidade é alta - muito alta -, não apenas pelo facto de pôr todos os olhos do turismo mundial no nosso País, mas porque vai permitir mostrar a capacidade angolana de organização de grandes eventos, apesar de todas as dificuldades e constrangimentos que conhecemos.

Para acolher e realizar com sucesso um evento desta natureza, que traz ao País tantas personalidades empresariais e políticas internacionais, foi preciso fazer das fraquezas forças, para mostrar que é possível fazer bem, mesmo em contextos complexos, como este.

E é destas forças que vamos precisar para afirmar o turismo como um elemento relevante e com peso na economia, face aos escassos 3% que, segundo os dados oficiais mais recentes, pesa no PIB.

Em suma, é preciso e urgente fazer do turismo mais do que um objectivo, deve ser encarado como um desígnio nacional, que é de todos e cada um de nós. Quer apostar que vamos conseguir?

Na verdade, falta muito para que este desejo se torne numa realidade, mas não falta tudo. Angola tem paisagens, praias, parques naturais, serras, savanas, florestas de fazer inveja a qualquer destino, uma gastronomia rica e variada, tem um dos povos mais acolhedores do mundo e uma dimensão territorial que permite que tudo se possa fazer - incluindo em grande escala. O potencial existe, mas tem que ser trabalhado, sendo que os problemas a resolver são conhecidos: é preciso mais e melhores infra-estruturas de transportes, água e energia, é preciso melhorar a percepção internacional face ao País (algo em que o Fórum vai seguramente ajudar) e é preciso apostar fortemente na formação dos recursos humanos. Talvez seja este o desígnio mais complexo, mas também é o mais desafiante, pelo que o Governo (e os privados) têm que apostar a todo o gás nas escolas de turismo e restauração, para que sejam capazes de oferecer um serviço de excelência, capaz de satisfazer os mais exigentes.

Em suma, é preciso e urgente fazer do turismo mais do que um objectivo, deve ser encarado como um desígnio nacional, que é de todos e cada um de nós. Quer apostar que vamos conseguir? ■



Business

Comércio ONU pressiona Angola

A Comissão Económica para África das Nações Unidas pressionou Angola a aderir ao tratado de livre comércio no continente, elogiando as iniciativas lançadas pelo Executivo e prometendo apoio nas reformas. “Esperamos que Angola seja parte da comunidade africana que já terão ratificado o acordo quando nos encontrarmos em julho”.

PRIVATIZAÇÕES

Títulos de dívida pública podem servir para pagar parte do capital

Lei de Bases das Privatizações admite que parte do valor a pagar para a compra de empresas a privatizar seja em títulos do Tesouro. Jurista defende que modelo pode ter vantagens.

POR RICARDO DAVID LOPES
ricardo.lopes@mediarumo.co.ao

O Governo poderá aceitar títulos de dívida pública como forma de pagamento de parte do capital das empresas públicas a privatizar, indica a Lei de Bases das Privatizações, já publicada em *Diário da República*. Segundo o diploma, o limite e as condições de pagamento por esta via “são estabelecidos no caderno de encargos do procedimento de privatização”.

O documento indica que as restantes formas de pagamento são depósito ou transferência bancária ou cheque bancário a favor do Tesouro Nacional, e prevê que as privatizações possam ser feitas por concurso público, concurso público limitado por prévia qualificação, ou dispersão do capital em bolsa.

“A escolha do procedimento é feito no Programa de Privatizações, tendo em conta as características da entidade do Sector Empresarial Público ou dos activos públicos a privatizar, podendo a privatização de uma mesma entidade ser realizada através da combinação de dois ou mais procedimentos” indicados nesta Lei.

Em termos de modalidade, as privatizações – cujo processo é conduzido por uma comissão de negociação – podem ser feitas por alienação de acções, aumento de capital aberto à subscrição de entidades privadas, alienação de activos e/ou cessão do direito de exploração e gestão.

A Lei avança que até 20% do capital das empresas pode ser reservado para “aquisição ou subscrição, em condições especiais, pelos trabalhadores da empresa e outros pequenos subscritores”.

Ouvindo pelo Mercado, o jurista Paulo Trindade Costa, da Vieira de

Almeida (VdA), defende que a possibilidade de pagamento em dívida pública não é comum noutros países, mas admite que, dado o elevado stock de títulos do Tesouro angolano sem mãos de residentes, esta possa ser uma forma de captar investimento do exterior.

“É mais comum encontrar disposições que estabelecem que as receitas das privatizações deverão ser afectas ao pagamento de dívida pública do que a utilização directa de títulos da mesma como forma de solver o preço”, explica.

Para o advogado, a possibilidade “é vista como uma incentivo à participação nas privatizações por parte de titulares de dívida pública e não como um instrumento do Estado para a sua redução, dadas as restrições que são impostas à utilização deste meio”.

“No caso de Angola, esta possibilidade ganha outra relevância, uma vez que existe um stock de dívida pública nas mãos de privados não residentes, adquirida como forma de protecção cambial, que, sendo usada nas privatizações, implica um reinvestimento em Angola evitando a saída de divisas”, avança Paulo Trindade Costa.

O jurista defende que a Lei de Bases das Privatizações “é adequada e que responde aos desígnios do Estado nesta fase de desenvolvimento de Angola”, mas alerta que “existirem problemas, estes resultarão da sua implementação”.

“É um exemplo das possíveis dificuldades de implementação da lei a opção do Estado de dar um impulso ao mercado de capitais, permitindo a privatização por via de bolsa, incluindo através de leilões de blocos de acções destinados a investidores qualificados”, refere, adiantando que “sucesso desta opção depende, em grande medida, da capacidade do Estado prestar, de forma regulada, informação ao mercado sobre as empresas a privatizar, o que implica um esforço adicional de preparação e de exigência no processo”.

“A previsão legal desta opção corresponde a um objectivo correcto. Cabe a quem implementa não frustrar o objectivo, mais que não seja afastando esta possibilidade quando não seja a opção mais

adequada às circunstâncias da empresa a privatizar”, adianta.

O responsável considera que concurso limitado por prévia qualificação é “em geral, a melhor opção em particular quando o objectivo da privatização vai muito para além do preço. É a opção mais eficiente, por parte do Estado, uma vez que, por critérios técnicos e financeiros, evita a consideração de propostas manifestamente desajustadas face ao que pretende para a empresa a privatizar e o sector”.

Pagamento parcial em títulos do Tesouro pode ajudar a atrair investidores não residentes

O Governo tem em curso um processo de privatizações, conduzido pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE). Em Abril, recorde-se, esta entidade,

tutelada pelo Ministério das Finanças e liderada por Valter Barros (na foto), anunciou ter recebido 22 candidaturas de aquisição das sete unidades industriais na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo que serão privatizadas – por concurso público internacional – e cujo processo “deverá estar concluído em Maio”.

“As candidaturas foram apresentadas por 12 empresas, cuja origem será revelada apenas quando comissão de negociação avaliar as mesmas”, indicou o IGAPE em comunicado, acrescentando que, durante o processo de qualificação e apresentação de candidaturas [que terminou a 22 de Abril], mais de 60 empresas manifestaram interesse em participar no processo de privatização da ZEE”.

Fazendas vão ser vendidas

Neste primeiro lote de fábricas a alienar estão incluídas unidades com preços de referência dos três milhões aos 18 milhões USD, e o

IGAPE anunciou ter uma expectativa de arrecadação de receita na ordem dos 80 milhões USD. Destas unidades, recorde-se, apenas uma está actualmente activa.

Entretanto, na semana passada, o IGAPE anunciou que fará, possivelmente em Julho, a abertura de um concurso público de venda de quatro fazendas agro-pecuárias totalizando 45 mil hectares no Cuango Cubango, Moxico, Zaire e Uíge. O IGAPE anunciou ainda que, também em Julho, deverá lançar um processo de privatização de 17 empreendimentos agro-industriais localizados em uma área total de mais de 300 mil hectares nas províncias de Cuanza Norte, Malanje, Bengo, Benguela, Namibe, Huila, Cuando Cubango, Uíge, Zaire e Moxico.

O Orçamento Geral do Estado Revisto para 2019, aprovado nesta quarta-feira pela Assembleia Nacional, recorde-se, prevê uma receita com a alienação de empresas próxima dos 860 milhões Kz. ■



Valter Barros,
presidente do IGAPE